



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
COORDENADORIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS
DIRETORIA DE ENSINO - REGIÃO DE PIRASSUNUNGA
UGE.080329

PROCESSO Nº 01497/16

CONVÊNIADA:- CEREM – CLINICA ANTONIO LUIZ ANTONIO SAYÃO

ASSUNTO:- PRESTAÇÃO DE CONTAS REFERENTE A CONVÊNIO PARA ATENDIMENTO
EDUCACIONAL A PORTADORES DE NECESSIDADES ESPECIAIS – EXERCÍCIO DE 2017

PARECER CONCLUSIVO - Exercício: 2017

A presente Prestação de Contas referente ao exercício de 2017, dos recursos repassados à Entidade Assistencial de CEREM – Clinica Antonio Luiz Sayão de acordo com o Termo de Convênio assinado em 30/12/2016, cujos valores vão abaixo discriminados, foi analisada e considerada em ordem por esta Diretoria de Ensino Região de Pirassununga, segundo os critérios contidos no Artigo 189 das Instruções nº 02/16 - publicadas no Diário Oficial do Estado de 04/08/16.

Inciso I, II, III, IV ao XIV do artigo 189 ATESTAMOS:

FONTE RECURSO	PARCELA	EXERCICIO	VALOR (R\$)	DATA REPASSE	RECEBIMENTO PRESTAÇÃO CONTAS
005003002	Primeira	2017	18.667,00	15/03/2017	29/01/2018
	Segunda	2017	18.666,67	15/06/2016	
	Terceira	2017	18.666,66	16/09/2016	

VALORES TRANSFERIDOS (R\$)	APLICAÇÃO FINANCEIRA (R\$)	RECURSOS PRÓPRIOS (R\$)	VALOR DEVOLVIDO Saldo da aplicação (R\$)	DESPESAS COMPROVADAS (R\$)
R\$56.000,00	R\$ 105,26	R\$ 35.961,78	R\$0,00	R\$92.067,04

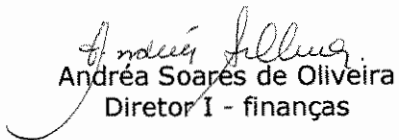
A localização e o regular funcionamento da beneficiária, descrevendo sua finalidade estatutária e descrição do objeto.	Atendido
Se as atividades desenvolvidas com os recursos próprios e as verbas públicas repassadas se compatibilizam com as metas propostas, bem como os resultados alcançados, indicando análise quantitativa e qualitativa do cumprimento do plano de trabalho, com exposição das razões da não consecução ou extrapolação das metas pactuadas.	Atendido

O cumprimento das cláusulas pactuadas em conformidade com a regulamentação que rege a matéria	Atendido
A regularidade dos gastos efetuados e sua perfeita contabilização, atestadas pelo órgão/entidade concessor(a).	Atendido
A conformidade dos gastos às normas gerais sobre licitações e contratos administrativos definidos na Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.	Não se aplica
Que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da entidade beneficiária, do tipo de repasse e do número do ajuste, bem como do órgão/entidade repassador(a) a que se referem.	Atendido
A regularidade dos recolhimentos de encargos trabalhistas, quando a aplicação dos recursos envolver gastos com pessoal.	Atendido
O atendimento aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público.	Atendido
A existência e o funcionamento regular do controle interno do órgão ou entidade público(a) concessor(a), com indicação do nome completo e CPF dos respectivos responsáveis;	CRCA -5
Indicação quanto à realização de visita in loco pelo órgão ou entidade concessor(a), quando houver.	-----

Isto posto e nada mais havendo a providenciar, consideramos REGULAR a prestação de contas e propomos que o presente seja arquivado, ficando o mesmo à disposição do Egrégio Tribunal de Contas, para verificação *IN LOCO*.

É o que segue o parecer.

Pirassununga, 27 de abril de 2018.


 Andréa Soares de Oliveira
 Diretor I - finanças

De acordo,

Pirassununga, 27 de abril de 2018.


 Maria Auxiliadora Firmo da Silva Campo
 Dirigente Regional de Ensino